



TERMO DE REFERÊNCIA - 89/2024

Lei 14.133/21

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: [...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: [...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

1. DA DEFINIÇÃO DOS OBJETOS

O objeto desta contratação é a a inexigibilidade de licitação que visa a capacitação de servidores desta Casa de Leis na Contratação de Curso de Capacitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DO OBJETIVO

O objetivo desta contratação é capacitar os agentes responsáveis pelas contratações da Câmara Municipal de Anchieta para que estejam plenamente aptos a cumprir as exigências da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021), que se tornou obrigatória para todos os municípios a partir de 1º de janeiro de 2024. A capacitação visa garantir que os processos de contratação sejam conduzidos de forma eficiente, transparente e em total conformidade com as novas diretrizes legais.

3. DA JUSTIFICATIVA

O Agente de Contratações e a equipe de apoio, são os responsáveis diretos pela execução dos processos de compras da Administração Pública, de acordo com a Lei 14.133/2021.

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

(...)

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

(...)

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

(...)





§ 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Diante do estipulado pela Lei 14.133/2021 o Agente de Contratações deve ser auxiliado por equipe de apoio para o auxílio na execução dos processos licitatórios da Câmara Municipal.

A capacitação propostas para os agentes públicos relacionados pela Lei 14.133/2021 é fundamental neste momento, para que eles obtenham as informações e conhecimentos necessários e desempenhem com excelência as suas funções.

Nesse contexto, a capacitação de funcionários propostas tem por fundamento assegurar conhecimento prévio sobre a legislação e garantir maior segurança nos procedimentos executados.

4. JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE

A capacitação pretendida é caracterizada como um treinamento especializado e singular, ministrado por um profissional renomado, sem paralelo em termos de conteúdo e carga horária, considerando o foco específico do tema e o notório conhecimento do palestrante. É o caso, por exemplo, das contratações de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, em que os resultados pretendidos pela Administração dependem da atuação direta do instrutor, ou seja, da aplicação de talento, técnica e didática próprias, com curso desenvolvido ou adaptado especificamente para o atendimento do público-alvo do treinamento. Nessas circunstâncias, restará configurada a inviabilidade de competição, haja vista a impossibilidade de comparar objetivamente os possíveis instrutores e os produtos por eles oferecidos.

A Lei 14.133/2021, ao eliminar a necessidade de singularidade do objeto para a inexigibilidade de licitação, estabelece que é suficiente comprovar que o trabalho do profissional renomado é essencial para o pleno cumprimento do objetivo do contrato. Conforme o Acórdão 1247/2008 do Plenário do Tribunal de Contas da União, a contratação de instrutores para ministrar cursos de treinamento se enquadra na hipótese de inexigibilidade de licitação. Neste caso, a organizadora do treinamento também atua como comercializadora, sendo a inscrição realizada exclusivamente por meio dela.

Portanto, a contratação pretendida encontra respaldo no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/21, por se tratar de um serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, relacionado ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, conforme previsto no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei de Licitações.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

Trata-se da contratação de 03 inscrições na Capacitação dos Servidores na capacitação **Contratações Públicas 4.0: Do Planejamento à Seleção do Fornecedor, com Auxílio da Inteligência Artificial.**

6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão realizados em local previamente divulgado pela Contratante, que em sua Proposta Oficial (ANEXO I) tem por local definido no Auditório do Hotel Comfort Suítes Vitória, Av. Saturnino de Brito, 1327 - Praia do Canto, Vitória - ES, 29055-180 VITORIA/ES na data de 12 e 13 de setembro de 2024.

7. CONTRATADA

Instituto Tríade Capacitação e Consultoria Ltda/ME





CNPJ: 36.900.945/0001-07

ENDEREÇO: Av. Augusto Emilio Estelita Lins, 501

BAIRRO: Jardim Camburi

CEP: 29.090-590

CIDADE/ESTADO: Vitória/ES

TELEFONE (27) 99954-2946

8. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão realizadas em nome dos servidores:

Felippe Waldinei Dias Taylor (Agente de Contratações);

Fabiano Oliveira Rovetta (Equipe de Apoio);

VICTOR HUGO SOUSA BENEVENUTI (Equipe de Apoio).

O valor da contratação é de R\$ 3.090,00 (três mil e noventa reais) por servidor, sendo no total o valor de R\$ R\$ 9.270,00 (nove mil duzentos e setenta reais)

Para a efetivação da inscrição da Formação, será emitida a Nota de Empenho e enviada para a empresa contratada.

O pagamento será realizado após a realização da Capacitação pelos servidores da Câmara Municipal de Anchieta, emitidos os relatórios de fiscalização (liquidação) em até 30 dias após a realização da Formação, de acordo com a Lei 14.133/21.

9. DOS PRAZOS DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado a favor da CONTRATADA, por meio de Ordem Bancária em conta corrente por ela indicada, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a entrega da Nota Fiscal.

Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa, com a comprovação da regularidade fiscal exigidos pelo art. 68 da Lei nº 14.133/2021. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento.

Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$VM = VF \times (0,33/100) \times ND$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira,

VF = Valor da Nota Fiscal,

ND = Número de dias em atraso;

Ocorrendo erros na apresentação da Nota Fiscal, esta será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nota fiscal, com as devidas correções.





10. DOS PROCEDIMENTOS E RESPONSABILIDADE DA FISCALIZAÇÃO

O recebimento do objeto contratado será fiscalizado pelos servidor designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Nome do servidor: VICTOR HUGO SOUSA BENEVENUTI

Matrícula: 55301

E-mail: victor.banevenuti@camaraanchieta.es.gov.br

O servidor deverá:

- Manter registro de ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando todas as ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos constatados;
- Receber, acolher e atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta prestação dos serviços, para fins de pagamento;
- O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus servidores, gestores e fiscais, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA (REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO)

- Cumprir todas as exigências descritas neste Termo de Referência e realizar, com seus próprios recursos, a entrega dos equipamentos relacionados neste instrumento, de acordo com as especificações estipuladas;
- Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;
- Atender às determinações da fiscalização do CONTRATANTE;
- Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados.





Observação: Deve-se detalhar os requisitos específicos que o contratado deve atender.

Exemplo: O contratado deve fornecer mão-de-obra qualificada, materiais de limpeza de qualidade, e cumprir rigorosamente os horários de prestação dos serviços.

12. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao (s) objeto (s) deste Termo de Referência, para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da contratação;
- Designar servidor (es) para acompanhamento e fiscalização do objeto da Contratação;
- Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas na execução da contratação;
- Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias;
- Notificar a CONTRATADA, por escrito, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- Poderá haver notificação por meio eletrônico (e-mail) a ser fornecido pela CONTRATADA quando da assinatura contratual, ficando a cargo desta avisar qualquer alteração deste no curso do contrato. Considerar-se-á lido o e-mail pela CONTRATADA 48 (quarenta e oito) horas após o seu envio.
- Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais;
- Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;
- Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência.

13. DAS PENALIDADES

A CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

As infrações, as sanções e os procedimentos de penalização serão aplicados na forma dos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.





14 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos destinados à execução deste objeto correrão à conta do elemento de despesa 33903940000 - SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, prevista no do orçamento da CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA para o exercício de 2024.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

• Fundamentação Legal:

- Para elaboração deste Termo de Referência foram observadas, entre outras, as normas:
- Lei nº 14.133, de 01/04/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Portaria nº 163, de 13 de dezembro de 2023 que regulamenta a Lei 14.133/21 no âmbito do Poder Legislativo do Município de Anchieta;

• Habilitação:

- As pessoas jurídicas deverão comprovar a regularidade junto ao INSS, FGTS e Fazenda Federal e Trabalhista;
- A CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA consultará os sistemas de registros de sanções TCU, CNJ, CEIS e CNDT, visando aferir eventual sanção aplicada ao fornecedor, cujo efeito torne-o proibido de contratar com a Administração Pública.

• Observações Gerais:

- Para fins de informação, o presente objeto de estudo caracteriza serviço comum.
- Caso o licitante tenha alguma dúvida sobre a aquisição, ou necessite de alguma informação adicional, entrar em contato com a Gerência de Contratações pelo e-mail compras@camaraanchieta.es.gov.br;

16. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Felippe Waldinei Dias Taylor - Gerência de Tecnologia da Informação





CÂMARA MUNICIPAL DE
ANCHIETA

Conferência em <https://app.cmanchieta.info/autenticador.php>
Código de Identificação 66cdda09e6bfb



Anchieta, 27 de agosto de 2024



Autenticar documento em <https://anchieta.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 340036003500370037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://anchieta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 340036003500370037003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Felippe Waldinei Dias Taylor** em 27/08/2024 10:54

Checksum: **7F4A4F82D3075AD8367576EC8EAE6CE1F5515D7A0A8BDA1A0EF8F210B7B627DC**



Autenticar documento em <https://anchieta.splonline.com.br/autenticidade> com o identificador 340036003500370037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.